

UNIVERSALIDADE BIOLÓGICA E A SINGULARIDADE CULTURAL DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

BIOLOGICAL UNIVERSALITY AND CULTURAL SINGULARITY OF AUTISM SPECTRUM DISORDER

UNIVERSALIDAD BIOLÓGICA Y SINGULARIDAD CULTURAL DEL TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA

Matheus Fernando Gomes de Azevedo¹
Maria Luiza Santos Cavalcanti de Oliveira²
Manoel Ribeiro da Silva Neto³
Evandro Mateus de Oliveira França⁴
Roberta Rodrigues de Lemos Gitirana⁵

RESUMO: O comportamento humano resulta de uma complexa relação entre fatores neurobiológicos e experiências vividas em ambientes sociais ao longo do tempo. No contexto do Transtorno do Espectro Autista – TEA, esse percurso neurobiológico é expresso na forma de como o indivíduo percebe, interpreta e responde ao mundo, o seu comportamento não é um desvio de conduta e sim uma forma diferente de manifestação. Esse estudo buscou ampliar a discussão sobre a influência dos mecanismos sociais na expressão fenotípica e estigma racial no TEA, com ênfase nas implicações sociais e educacionais desse processo. A metodologia utilizada neste estudo foi uma revisão narrativa com pesquisa de fundamentação teórica realizada entre junho de 2025 e fevereiro de 2026. A coleta dos dados foi realizada em bancos de dados como a SciELO, PubMed e BVS com periodicidade entre 2000 e 2025. Foi utilizada a estratégia PICO para construção da pergunta norteadora: Quais vertentes relacionam a universalidade biológica com a singularidade cultural do transtorno do espectro autista? Os critérios de inclusão foram estudos dos últimos 25 anos, estudos no idioma inglês ou português e espanhol, estudos completos e estudos em consonância com a finalidade de pesquisa e pergunta norteadora PICO. Os principais achados foram divididos em 5 breves vertentes: Desigualdades étnico raciais no acesso ao diagnóstico no Brasil; Ferramentas de rastreio e diagnóstico; Expressão Fenotípica e Construção do Estigma; Políticas públicas e inclusão escolar; e Autismo em territórios indígenas. Os estudos destacam que o diagnóstico de TEA enfrenta estigmas ético-raciais e identificam vários métodos complementares de diagnóstico, mas inacessíveis para uma grande parte do público-alvo. Além disso, revelam uma não aceitação da sociedade em relação aos fenótipos característicos do autismo, reforçam a importância dos profissionais da educação no processo social de crianças autistas e voltam o olhar para comunidades indígenas com presença de TEA. Conclui-se que, a influência da cultura sobre o TEA é significativa, pois crenças, valores e práticas sociais moldam a forma como os sinais e sintomas são externados e, clinicamente, interpretados por profissionais de saúde.

Palavras-chave: Neurobiologia. Transtorno do Espectro Autista. Modelos Biopsicossociais. Ciência, Tecnologia e Sociedade.

¹Graduando em enfermagem, Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU, Caruaru – PE.

²Graduando em enfermagem, Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU, Caruaru – PE.

³Psicólogo especialista em Neuropsicologia Clínica pela ESUDA e Residente em Atenção Básica pela ASCES. Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU, Caruaru – PE.

⁴Psicólogo especialista em Ciências Políticas e Gestão Pública, Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU, Caruaru – PE.

⁵Pós-doutorado em Neurogenética, Docente nos cursos de saúde da UNINASSAU, Caruaru – PE.

ABSTRACT: Human behavior results from a complex relationship between neurobiological factors and experiences lived in social environments over time. In the context of Autism Spectrum Disorder (ASD), this neurobiological pathway is expressed in how the individual perceives, interprets, and responds to the world; their behavior is not a deviation from conduct but rather a different form of manifestation. This study sought to broaden the discussion on the influence of social mechanisms on phenotypic expression and racial stigma in ASD, with an emphasis on the social and educational implications of this process. The methodology used in this study was a narrative review with theoretical research conducted between June 2025 and February 2026. Data collection was carried out in databases such as SciELO, PubMed, and BVS, with periodicity between 2000 and 2025. The PICO strategy was used to construct the guiding question: What aspects relate the biological universality with the cultural singularity of autism spectrum disorder? The inclusion criteria were studies from the last 25 years, studies in English or Portuguese and Spanish, complete studies, and studies in line with the research purpose and guiding question of PICO. The main findings were divided into 5 brief themes: Ethnic-racial inequalities in access to diagnosis in Brazil; Screening and diagnostic tools; Phenotypic expression and the construction of stigma; Public policies and school inclusion; and Autism in indigenous territories. The studies highlight that the diagnosis of ASD faces ethnic-racial stigmas and identify several complementary diagnostic methods, but inaccessible to a large part of the target audience. Furthermore, they reveal a lack of accessibility in society regarding the characteristic phenotypes of autism, reinforce the importance of education professionals in the social process of autistic children, and focus attention on indigenous communities with the presence of ASD. It is concluded that the influence of culture on ASD is significant, as it is believed that social values and practices shape how the signs and symptoms are externally presented and clinically interpreted by healthcare professionals.

Keywords: Neurobiology. Autism Spectrum Disorder. Biopsychosocial Models. Science, Technology and Society.

RESUMEN: El comportamiento humano resulta de una relación compleja entre factores neurobiológicos y experiencias vividas en entornos sociales a lo largo del tiempo. En el contexto del Trastorno del Espectro Autista (TEA), esta vía neurobiológica se expresa en cómo el individuo percibe, interpreta y responde al mundo; su comportamiento no es una desviación de la conducta sino más bien una forma diferente de manifestación. Este estudio buscó ampliar la discusión sobre la influencia de los mecanismos sociales en la expresión fenotípica y el estigma racial en el TEA, con énfasis en las implicaciones sociales y educativas de este proceso. La metodología utilizada en este estudio fue una revisión narrativa con investigación teórica realizada entre junio de 2025 y febrero de 2026. La recolección de datos se realizó en bases de datos como SciELO, PubMed y BVS, con periodicidad entre 2000 y 2025. Se utilizó la estrategia PICO para construir la pregunta guía: ¿Qué aspectos relacionan la universalidad biológica con la singularidad cultural del trastorno del espectro autista? Los criterios de inclusión fueron estudios de los últimos 25 años, estudios en inglés o portugués y español, estudios completos y estudios en línea con el propósito de la investigación y la pregunta orientadora de PICO. Los principales hallazgos se dividieron en 5 temas breves: Desigualdades étnico-raciales en el acceso al diagnóstico en Brasil; Herramientas de detección y diagnóstico; Expresión fenotípica y la construcción del estigma; Políticas públicas e inclusión escolar; y Autismo en territorios indígenas. Los estudios destacan que el diagnóstico de TEA se enfrenta a estigmas étnico-raciales e identifican varios métodos de diagnóstico complementarios, pero inaccesibles para una gran parte del público objetivo. Además, revelan una falta de accesibilidad en la sociedad con respecto a los fenotipos característicos del autismo, refuerzan la importancia de los profesionales de la educación en el proceso social de los niños autistas y centran la atención en las comunidades indígenas con presencia de TEA. Se concluye que la influencia de la cultura en el TEA es significativa, ya que se cree que los valores y las prácticas sociales moldean cómo los signos y síntomas son presentados externamente e interpretados clínicamente por los profesionales de la salud.

Palabras clave: Neurobiología. Trastorno del Espectro Autista. Modelos Biopsicosociales. Ciencia, Tecnología y Sociedad.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um déficit neurológico caracterizado por ser heterogêneo e genético que compromete o comportamento social, a comunicação, fazendo com que o indivíduo manifeste interesse social restrito e alterações sensoriais. Esse transtorno afeta pessoas em diferentes graus e níveis, variando desde comprometimento leve até a insuficiência severa de se comunicar e interagir com o meio. Vale ressaltar que o autismo possui uma herdabilidade de 90%, por isso o transtorno é de profundo interesse pela neurobiologia, assim como da sociedade, no que se refere a sua construção cultural (Bailey *et al.*, 1995; Bonfim *et al.*, 2023; Brasil, 2022).

De acordo com o IBGE, no Censo de 2022, há 2,4 milhões de brasileiros com diagnóstico de TEA, isso significa 1,2% da população nacional. Foi vista que a prevalência auto declarada foi maior entre pessoas brancas (1,3%) que pretas, pardas (1,1%) ou indígenas (0,9%). Essas diferenças encontradas, apesar de parecerem comuns, têm sido associadas a crenças culturais, medo da discriminação e exclusão, disponibilidade de serviços e construção social da deficiência. Por isso, é necessário compreender a intersecção entre o entendimento (ou falta dele) público e profissional sobre o autismo, e a observação dos traços autistas expressos pelas pessoas (fenótipo), isso é fundamental para orientar os profissionais da saúde, educadores, familiares e formuladores de políticas públicas (Brasil, 2025; Gallin *et al.*, 2024).

3

O comportamento da pessoa autista deve ser compreendido como uma manifestação neurobiológica dinâmica, interdependente tanto do arcabouço genético quanto do ambiente social que o indivíduo experimenta. Os mecanismos sociais que promovem a estigmatização surgem por meio de fatores, tais como: de uma cultura dominante que tende rotular o autismo como diferença problemática reforçando a exclusão social ou indicando uma deficiência moral ou de caráter; da falta de um ambiente que promova um contato significativo entre pessoas autistas e não autistas; das normas culturais e sociodemográficas; como idade, gênero, e comportamentos compartilhados; de resultados de uma não aceitação social que retroalimenta comportamentos típicos autista, aumentando o estigma.

Esse preconceito compromete o processo social e favorece a exclusão dessas pessoas na sociedade. O estigma do autismo é socialmente construído a partir do conhecimento e atitudes das pessoas em seu entorno, influenciando diretamente como os traços autistas são percebidos e vividos, o que por sua vez afeta a manifestação desses traços. Esse ciclo reforça tanto a

experiência estigmatizada quanto o impacto do ambiente na vida das pessoas autistas. Com isso, a cultura exerce papel determinante na construção do estigma, uma vez que crenças e valores partilhados por uma comunidade orientam as formas de perceber e reagir às diferenças. Esses contrastes culturais evidenciam a diversidade de representações sociais que incidem sobre a experiência do sujeito autista e de sua família. (Turnock; Langley; Jones, 2022).

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo ampliar a discussão sobre a relação entre cultura, expressão fenotípica e estigma étnico no TEA, com ênfase nas implicações sociais e educacionais desse processo.

2 METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão narrativa com pesquisa de fundamentação teórica entre junho de 2025 e fevereiro de 2026. A coleta de dados se deu, principalmente, por bancos de dados como a SciELO, PubMed e BVS (Biblioteca Virtual de Saúde) com periodicidade entre 2000 e 2025. Foi utilizada a estratégia PICO para construção da pergunta norteadora: **Quais vertentes relacionam a universalidade biológica com a singularidade cultural do transtorno do espectro autista?** Os critérios de inclusão foram estudos dos últimos 25 anos, estudos no idioma inglês ou português e espanhol, estudos completos e estudos em consonância com a finalidade de pesquisa e pergunta norteadora PICO. Já os critérios de exclusão foram Estudos incompletos; Estudos sem aderência ao tema, objetivo de pesquisa ou que envolve pesquisa com animais; Teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, estudos publicados em anais e editoriais; Estudos que não respondem à pergunta norteadora (PICO) em nenhuma vertente; estudos duplicados. Os descritores foram achados no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MESH) do Centro Latino - Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME); essa pesquisa foi centralizada pelas palavras-chave: Neurobiologia; Transtorno do Espectro Autista; Modelos Biopsicossociais; Ciência, Tecnologia e Sociedade.

4

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais achados foram divididos em 5 breve vertentes: Desigualdades étnico raciais no acesso ao diagnóstico no Brasil; Ferramentas de rastreio e diagnóstico; Expressão Fenotípica e Construção do Estigma; Políticas públicas e inclusão escolar; e Autismo em territórios indígenas. Essas divisões temáticas foram necessárias para ampliação da discussão sobre a relação entre neurobiologia, sociedade e cultura ligada ao TEA.

3.1 Desigualdades étnico raciais no acesso ao diagnóstico no Brasil

O TEA é comumente diagnosticado na infância e está associado a uma gama restrita de comportamentos repetitivos. As desigualdades étnico-raciais no acesso ao diagnóstico do TEA dão margem à percepção e identificação das barreiras estruturais e institucionais que existem nos sistemas vigentes, sejam eles o de saúde ou o da educação, não somente no cenário brasileiro como também em contextos internacionais. Obter o diagnóstico tardio de TEA entre crianças negras e indígenas está correlacionado diretamente com fatores interseccionais que envolvem raça, classe e gênero (Ayward *et al.*, 2021; Sukiennik *et al.*, 2022).

Investigar e obter o diagnóstico precoce do TEA é de suma importância para o neurodesenvolvimento. Entretanto, a desigualdade étnico-racial torna mais desafiador o processo de descoberta da pessoa autista, corroborando para a dificuldade dos acessos ao possível diagnóstico. Movimentos desigualitários, que são alicerçados nos fatores socioeconômicos e no racismo estrutural, os quais dificultam significativamente pessoas não brancas e de etnias marginalizadas como os povos indígenas. Estudos, como o de Pham *et al.*, (2023), apontam que crianças negras e latinas são corriqueiramente diagnosticadas com TEA mais tardio do que crianças brancas.

"Crianças negras e hispânicas têm mais chances de serem subdiagnosticadas ou diagnosticadas erroneamente com transtornos de conduta, devido ao viés clínico e à ausência de instrumentos culturalmente responsivos – um fenômeno conhecido como diagnostic overshadowing." (PHAM *et al.*, 2023, p. 2).

Fatores como a democratização do acesso aos serviços de saúde, discriminação racial e barreiras linguísticas são importantes para o atraso no diagnóstico do TEA em populações minoritárias. Esses embates estruturais e institucionais contribuem no movimento do ofuscamento de crianças não brancas que estão no processo avaliativo, e consequentemente, afetam suas jornadas terapêuticas e educacionais. (Pham *et al.*, 2023; Luongo *et al.*, 2024).

No Brasil, embora os pais percebam os primeiros sinais de autismo por volta dos dois anos de idade, o diagnóstico formal costuma ocorrer apenas aos cinco anos, resultando em um atraso médio de aproximadamente 36 meses no acesso à confirmação clínica. Esse período prolongado coloca em risco a eficiência das intervenções precoces e corrobora com as negligências sistêmicas na articulação entre atenção primária, especialidades e políticas públicas voltadas ao neurodesenvolvimento. Ainda sim, há uma escassez de informações com recorte racial, que implica na perda da visibilidade estatística da desigualdade e dificulta a efetividade de políticas públicas específicas. Contudo, a não igualdade racial no diagnóstico do TEA não é

somente sobre o acesso, mas também somada à inexistência de estratégias interseccionais que reconheçam o entrelaçamento entre raça, território e deficiência (Ribeiro *et al.*, 2017).

3.2 Ferramentas usuais de rastreio e diagnóstico

Existe uma diversa quantidade de instrumentos para realização de rastreio do TEA, assim, possibilitando diagnósticos mais precisos e seguros. As ferramentas têm o intuito de propiciar a identificação do espectro de maneira a auxiliar no laudo diferencial. É importante destacar que esses instrumentos de análise auxiliam no processo de rastreio do TEA, no entanto, não são determinantes do processo. Por isso, é essencial considerar e investigar o contexto em qual o analisado está inserido (Lima *et al.*, 2025).

A avaliação do TEA é apoiada por triagens que utilizam entrevistas como o Modified Checklist for Autism in Toddlers Modified Checklist (M-CHAT), no qual vinte perguntas feitas ao cuidador avalia o risco da presença do espectro na criança entre dezesseis a trinta meses; O Autism Diagnostic Observation Schedule (ADOS) é uma entrevista que objetiva que avalia os pacientes de acordo com seus comportamentos sociais; E a Autism Diagnostic Interview Revised (ADI-R), é um tipo de entrevista de rastreio aplicada com cuidadores de indivíduos acima de dois anos que tem o objetivo de avaliar o desenvolvimento e o comportamento da

6

Embora não haja um exame clínico para identificação e diagnóstico do Autismo, alguns métodos examinadores quantitativos foram buscados para auxiliar no diagnóstico, sendo atualmente ferramentas recentes e inovadoras na avaliação, sendo eles: Biomarcadores, exames de neuroimagem, testes genéticos e rastreamento ocular. O eletroencefalograma (EEG) pode identificar alterações na conectividade neural e também nas respostas a estímulos sensoriais. Já os testes com Biomarcadores buscam mudanças em líquidos biológicos (Brito, 2024).

No rastreamento ocular, avalia-se o desenvolvimento da linguagem e leitura do indivíduo, identificando os padrões de olhar, com o objetivo de relacionar com o esperado para a idade e desenvolvimento. Uma outra técnica de neuroimagem utilizada é a ressonância magnética (RM) que permite identificar diferenças consideráveis na estrutura cerebral de indivíduos autistas, como maior volume de substância branca no cerebelo e um volume maior nos lobos temporais e frontais (Furtado, 2024).

Um método de investigação que vem sendo estudado é o uso de inteligência artificial (IA) na investigação do TEA, o rastreamento ocular, análise de expressões verbais e

aprendizado de máquina aplicada a vídeos e dados neurofuncionais são exemplos dessa tecnologia dentro desse contexto. O desempenho dessas ferramentas apresenta um potencial para superar limitações de técnicas convencionais, embora existam desafios como a heterogeneidade dos sintomas e o acesso limitado a serviços especializados (Lima, 2024).

Considerando as diversas possibilidades em ferramentas para auxiliar o diagnóstico e rastreamento do TEA, se faz necessário refletir sobre o acesso aos protocolos de diagnóstico complementares, assim como aos profissionais qualificados para aplicação dos mesmos. Indivíduos com pouco poder aquisitivo não têm acesso a esses recursos, que geralmente são de valor elevado. Outro fator que é essencial considerar é a aplicação desses instrumentos, que devem considerar a idade, grau de instrução e desenvolvimento cognitivo do sujeito, assim como, o contexto socioeconômico e cultural em que ele está inserido (Silva, 2023).

3.3 Expressão Fenotípica e Construção de Estigmas associados ao TEA

O estigma é o ato de desacreditar e diminuir uma pessoa ao considerar socialmente algum atributo desfavorável ou disfuncional. Com relação ao Autismo, está intimamente associado à expressão fenotípica do transtorno, já que, em cima de um modelo de sociedade coletivista é baseada em compreensões reduzidas sobre a singularidade humana. Alguns fatores moderadores foram estudados sobre a origem e intensidade do estigma em pessoas autistas e foram destacados que a qualidade e quantidade de contato com pessoas autistas, a cultura, o sexo, o gênero, o nível educacional e a revelação do diagnóstico, podem influenciar significativamente, esses elementos impactam tanto a experiência subjetiva do indivíduo quanto sua inserção social e seu bem-estar (Botha, Frost, 2020).

Diferenças culturais e a compreensão sobre a fisiopatologia do TEA foram avaliados entre estudantes dos Estados Unidos e do Líbano. Nos EUA os índices de conhecimento sobre autismo tendem a ser maiores, o que pode ser associado a níveis relativamente mais baixos de estigma. Já no Líbano e em alguns países da Ásia, como Japão e China, há prevalência de concepções menos informadas ou baseadas em normas coletivistas, o que pode favorecer a exclusão. Além disso, manifestações culturais também podem influenciar no diagnóstico e tratamento do TEA. Em diversas regiões da África, ainda é comum a associação do autismo a fenômenos sobrenaturais, o que gera práticas de rejeição social e até tratamentos que buscam a “cura” de maneiras inadequadas e perigosas. (Obeid, *et al.*, 2015; Turnock; Langley; Jones, 2022).

Portanto, é a partir de estratégias de representações positivas que promovam a compreensão da neurodiversidade, por meio de ações planejadas, como o aumento dos espaços sociais e inclusivos, que considerem as necessidades sensoriais e comunicativas das pessoas autistas.

3.4 Políticas públicas e inclusão escolar

A inclusão escolar de estudantes com TEA exige políticas públicas que promovam a equidade e a valorização da diversidade, considerando tanto a universalidade biológica quanto a singularidade cultural desses alunos. Werle e Fonseca (2025) destacam que “a escola precisa assumir-se como inclusiva e não racista, praticando o respeito às pessoas, valorizando e escutando o que elas têm a dizer” (p. 15). Essa perspectiva é essencial para atender às necessidades biológicas do TEA, como sensibilidades sensoriais que demandam ajustes no ambiente escolar, e também às influências culturais, que moldam as práticas familiares e comunitárias.

A liderança escolar desempenha um papel crucial na efetivação das políticas de inclusão. Conforme apontam García González e Bohórquez Gómez-Millán (2023), o líder pedagógico exerce função vital na mobilização de uma cultura institucional inclusiva. Contudo, os autores observam que professores e famílias frequentemente identificam falhas na promoção de práticas inclusivas, como a ausência de colaboração com a comunidade e de mecanismos que favoreçam a participação dos estudantes. Essa lacuna é particularmente significativa quando se trata do TEA, uma vez que a escuta das famílias é essencial para a construção de propostas pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos alunos.

A colaboração entre docentes, conforme salientam San Martín, Contreras. (2024), é um pilar estruturante das práticas de inclusão. Os autores afirmam que “a colaboração entre professores é um fator determinante para o sucesso das práticas inclusivas” (p. 9). No contexto do autismo, isso requer formação contínua para o reconhecimento de características biológicas, como dificuldades de interação social e comunicação, e a integração de práticas que respeitem as particularidades culturais dos estudantes e suas famílias. Castro e Prieto (2020) corroboram essa perspectiva ao defenderem que a formação docente deve preparar os profissionais para “adaptar pedagogias para incluir a todos” (p. 5), incluindo aqueles com demandas educacionais mais complexas.

Outro elemento essencial é a participação das famílias nos processos de inclusão. García González e Bohórquez Gómez-Millán (2023), ao citarem Francis *et al.*, (2016), afirmam que o comprometimento da escola com as necessidades das famílias resulta em um maior sentimento de pertencimento à instituição educativa. Essa participação se mostra especialmente importante no caso de alunos com TEA, cujas singularidades exigem a construção conjunta de planos educacionais individualizados e culturalmente sensíveis.

Portanto, políticas públicas eficazes devem integrar liderança escolar inclusiva, colaboração docente e participação familiar, assegurando que as escolas se tornem espaços de acolhimento da diversidade. Como observam Queiroga e Aravena (2018, apud García González e Bohórquez Gómez-Millán, 2023), é necessário considerar a diversidade como potencial de enriquecimento do processo educativo, e não como obstáculo.

3.5 Autismo em territórios indígenas

O TEA atinge uma parte significativa da população brasileira. Esse transtorno já necessita de atenção especial para questões sociais como a educação inclusiva, as políticas públicas e o acesso aos serviços e direitos sociais previstos por lei. Nas aldeias indígenas o TEA é um tema ainda mais delicado e complexo, já que exige cuidados ainda mais especializados e possui diversas perspectivas diferentes. No entanto, encontra-se uma maneira importante de pautar essas vertentes e trazer visibilidade para estas pessoas (Silva, Muller, 2024).

O estudo de Silva e Muller (2024) ainda destaca sobre a inclusão escolar de crianças indígenas, concluindo que os processos educativos dessas crianças devem-se basear a partir de ações pedagógicas inclusivas, no que tange a escuta ativa e o cuidado de suas particularidades culturais e históricas. Foi visto também que a educação de autistas indígenas ainda é muito divergente da não indígena, haja vista que faltam esclarecimentos sobre o TEA na população indígena. Embora, a abordagem deve considerar as especificidades da deficiência como uma maneira ética de respeito e inclusão (Silva, Muller, 2024).

O estudo de Sá, Ribeiro e Gonçalves (2023), através de uma análise sobre o Censo Escolar da Educação Básica (2010, 2015 e 2020), afirma que o atendimento educacional especializado (AEE) atingiu apenas 25% das pessoas indígenas com deficiência ou TEA no Brasil. Ainda contextualizam que os serviços especializados enfrentam inúmeras dificuldades para alcançar os povos indígenas pela falta de pesquisa básica e políticas públicas para atender essas pessoas (Sá, Ribeiro, Gonçalves, 2023).

Os autores Arruda e Cunha (2024) refletiram a probabilidade de inclusão de um estudante indígena autista no ambiente escolar e familiar, os resultados foram significativos mostrando que cada estudante com TEA é singular e possui suas próprias particularidades, sendo primordial a ação dos professores e familiares e reforçam que a inclusão necessária de conscientização e convivência, para que a criança autista se sinta acolhida e possa desenvolver sua própria identidade, autonomia e conhecimento (Arruda, Cunha, 2024).

O diagnóstico do TEA em populações indígenas ainda é limitado, afirma estudo de Júnior, Silveira e RezayatZoj (2025) abordando a ausência de materiais psicoeducativos adaptados, serviços especializados e inadequação de instrumentos diagnósticos. Porém, estudam a possibilidade do uso da Inteligência Artificial para promoção da equidade em saúde para pessoas indígenas com TEA, desde que essas medidas estejam aliadas às políticas públicas que invistam em inclusão digital e formações técnicas locais (Júnior, Silveira e RezayatZoj, 2025)

Conclui-se que o TEA em pessoas indígenas ainda é um tema que precisa ser mais explorado tanto cientificamente quanto socialmente. São necessárias políticas públicas específicas para as populações indígenas e serviços sociais que alcancem devidamente as particularidades socioculturais das comunidades. A educação é uma das ferramentas mais importante para o desenvolvimento de pessoas com TEA e a aprendizagem é um processo longo que exige dedicação, persistência, disciplina e amor para que os indígenas com TEA possam ter mais qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que a universalidade biológica e a singularidade cultural do TEA possuem uma relação muito importante e valiosa, já que a influência da cultura sobre o TEA é significativa, pois crenças, valores e práticas sociais moldam a forma como os sinais e sintomas são externados e, clinicamente, interpretados por profissionais de saúde. Em contextos onde prevalece maior conhecimento científico e acesso a instrumentos de rastreamento, o diagnóstico tende a ser mais precoce e preciso, favorecendo intervenções adequadas. Por outro lado, barreiras culturais, raciais e socioeconômicas dificultam a identificação do TEA, resultando em atrasos que comprometem o desenvolvimento da criança e limitam a eficácia das estratégias terapêuticas disponíveis. Entretanto, a mesma cultura que poderia favorecer o diagnóstico também atua como vetor de estigmatização. Esse processo de estigmatização não atinge apenas

o indivíduo autista, mas também suas famílias, que passam a compartilhar o peso do preconceito. Assim, o estigma cultural reforça desigualdades, fortalece barreiras sociais e dificulta o exercício pleno da cidadania das pessoas autistas. Diante desse panorama, tornam-se necessárias perspectivas que ampliem a compreensão da neurodiversidade. A valorização da diversidade e a construção de narrativas culturais mais positivas sobre o autismo representam caminhos essenciais para desconstruir estereótipos, garantir equidade e favorecer o reconhecimento social das pessoas com TEA como sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA E CUNHA. Dossiê alfabetização, letramento e educação especial: perspectivas da inclusão na diversidade cultural. *Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPPFIP*, Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024.

AYWARD, B. S. et al. Racial and sociodemographic disparities in the identification of children with autism. [S.l.]: PMC, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9584143/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BAILEY, A. et al. Autism as a strongly genetic disorder: evidence from a British twin study. *Psychological Medicine*, Cambridge, v. 25, n. 1, p. 63-77, jan. 1995.

BONFIM, Tassia de Arruda et al. Assistência às famílias de crianças com transtornos do espectro autista: percepções da equipe multiprofissional. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 31, dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. TEA: saiba o que é o transtorno do espectro autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares. Brasília, 2 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/tea-saiba-o-que-e-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares>. Acesso em: 11 maio 2024.

BRASIL - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2022 identifica 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil. 23 mai. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil>. Acesso em: 27 fevereiro 2026.

BRITO, Lucas Andrade; NUNES, Jomar Diogo Costa. Desafios e avanços do diagnóstico precoce do transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão integrativa. *JGR de Estudos Acadêmicos*, v. 24, n. 1, p. 6-24, 2024.

CASTRO, M. S.; PRIETO, R. G. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 26, n. 4, p. 1-16, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0045>. Acesso em: 24 jul. 2025.

DE SÁ, M. A.; ADÃO RIBEIRO, E.; GOMES LIDUENHA GONÇALVES, T. G. Escolares indígenas com deficiência no Brasil: uma análise a partir do Censo Escolar da Educação Básica (2010, 2015 e 2020). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 104, p. e5234, 19 jul. 2023.

GARCÍA GONZÁLEZ, A. J.; BOHÓRQUEZ GÓMEZ-MILLÁN, M. R. Percepciones docentes y familiares acerca del rol de los equipos directivos como líderes inclusivos en la educación primaria. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 121, p. 1-21, out./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023001308991>. Acesso em: 24 jul. 2025.

LIMA, Gabriel Fellipe Félix. A inteligência artificial no diagnóstico precoce do autismo: uma revisão integrativa. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Ciências Sociais e da Saúde, Goiânia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/8142>. Acesso em: 27 jul. 2025.

LIMA JÚNIOR, Antonio Gomes; SILVEIRA, Francis Moreira da; REZAYATIZOJ, Mostafa. Desigualdade e inovação: como a inteligência artificial e tecnologias emergentes podem reduzir barreiras ao diagnóstico do autismo em populações rurais e indígenas. *COGNITIONIS Scientific Journal*, v. 8, n. 1, p. e643, 16 maio 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.38087/2595.8801.643>. Acesso em: 22 jul. 2025.

LIMA, João Pedro de Paula et al. Relevância do diagnóstico precoce do transtorno do espectro autista em crianças: revisão sistemática. São José dos Pinhais: Lumen et Virtus, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/levvi6n48-084>. Acesso em: 27 jul. 2025.

LUONGO, M. et al. Enhancing early autism diagnosis through machine learning: exploring raw motion data for classification. *PLOS ONE*, v. 19, p. e11034672, 2024. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC11034672/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

OBEID, Rita et al. A cross-cultural comparison of knowledge and stigma associated with autism spectrum disorder among college students in Lebanon and the United States. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, New York, 2015.

PHAM, A. V. et al. Racial, ethnic, and sociocultural disparities in autism diagnosis and access to services: a review. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37004631/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

QUIRINO, Giovanna Silva et al. Atualizações sobre triagem, diagnóstico e manejo do transtorno do espectro autista. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 25, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/REAS.e19469.2025>. Acesso em: 27 jul. 2025.

RIBEIRO, S. H. et al. Barriers to early identification of autism in Brazil. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 363-369, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7111397/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

SAN MARTÍN, C.; CONTRERAS, J.; MUÑOZ JORQUERA, S. Concepciones de colaboración docente en políticas educativas chilenas vigentes. *Revista Educação em Questão*,

Natal, v. 62, n. 66, e-224228, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2024v62n66ID224228>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SILVA, Antonia Simone Araujo et al. Transtorno do espectro do autismo na sociedade indígena: limites e possibilidades para inclusão escolar na educação infantil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 5., 2024, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/108436>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, Márcia Michelle Carneiro. Transtorno do espectro autista (TEA) no Brasil: análise socioeconômica do acesso ao diagnóstico e tratamento pelas famílias de baixa renda. 2023. 234 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/6946>. Acesso em: 27 jul. 2025.

SUKIENNIK, R. et al. Challenges on diagnoses and assessments related to autism spectrum disorder in Brazil: a systematic review. *Frontiers in Neurology*, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8812524/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

TURNOCK, Alice; LANGLEY, Kate; JONES, Catherine R. G. Understanding stigma in autism: a narrative review and theoretical model. *Autism in Adulthood*, v. 4, n. 1, p. 76-91, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/aut.2021.0005>. Acesso em: 27 jul. 2025.

WERLE, F. O. C.; FONSECA, J. A. L. Gestão escolar: fundamentação e discussões acerca da gestão democrática. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 126, p. 1-20, jan./mar. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40360250004968>. Acesso em: 24 jul. 2025.